

SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS: INFORMAÇÃO, ACOLHIMENTO E ROTAS DE PROTEÇÃO

Paulo Henrique Nazário Kassburg¹, Semáyra Gomes do Nascimento², Giselle Fernandes Machado³, Ângelo Amorim de Oliveira⁴, Ryan Paulo Santos Barros⁵, Maria Eduarda Monteiro Barreto⁶, Lucas Medeiros da Silva⁷, Marina Rhailane Santos de Paula⁸, Kenny Rodrigues da Silva⁹, Yasmin Gabriele Gahu Chaves¹⁰

1 Graduando em Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
paulo.kassburg@alunos.afya.com.br

2 Graduanda de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
semayragomes@gmail.com

3 Graduanda de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
giselle.machado@alunos.afya.com.br

4 Graduando de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
angelo.amorim@alunos.afya.com.br

5 Graduando de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
ryan.b@alunos.afya.com.br

6 Graduanda de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
barretomaria@alunos.afya.com.br

7 Graduando de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
lucas.01925870219@alunos.afya.com.br

8 Graduanda de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
marina.paula@alunos.afya.com.br

9 Graduando de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
kenny.silva@alunos.afya.com.br

10 Graduanda de Direito, Afya Centro Universitário São Lucas,
yasmin.gahu@alunos.afya.com.br

INTRODUÇÃO: A adolescência constitui etapa de desenvolvimento marcada por intensas transformações biológicas, emocionais e sociais, que, quando associadas à pressão do meio e das redes sociais, podem agravar quadros de ansiedade, automutilação e risco de suicídio. Nesse contexto, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura o direito à saúde, à dignidade, ao respeito e à proteção contra qualquer forma de violência, incluindo o bullying, e impõe ao poder público e à comunidade escolar o dever de promoção do cuidado integral. Apesar desse marco normativo, persiste entre adolescentes (13 a 17 anos) a falta de informação sobre seus direitos e sobre onde buscar ajuda em situações de sofrimento emocional ou violência, bem como desigualdades de acesso a serviços especializados de saúde mental. Em Rondônia, o Governo do Estado desenvolve o Programa Criança Protegida, que visa fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) por meio da articulação entre Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública, Conselhos de Direitos, Sociedade Civil, Conselhos Tutelares e Poder Judiciário. Entre as frentes de atuação, destacam-se a capacitação de agentes do SGD, a promoção do SIPIA e o fortalecimento dos Conselhos Tutelares nos 52 municípios, ações convergentes com a necessidade de acolhimento e proteção também para as demandas de saúde mental no ambiente escolar e no território. Destarte, a partir de diagnóstico preliminar, observam-se lacunas na rede de informação e acolhimento: escolas ainda carecem de protocolos de prevenção ao bullying e de fluxos claros de encaminhamento; muitos adolescentes desconhecem portas de entrada como CAPSi, Conselho Tutelar e Defensoria Pública; e o estigma associado ao cuidado psicológico dificulta a procura por ajuda. Este projeto de extensão propõe intervir nesse ponto crítico, informando direitos, sensibilizando a comunidade escolar e explicitando rotas de proteção e cuidado em articulação com o SGD, visando à identificação precoce de sinais de risco e à promoção de ambientes escolares mais seguros e acolhedores.

OBJETIVO: O presente projeto de extensão tem como objetivo geral promover a saúde mental e fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos para adolescentes (13 a 17 anos) em escolas de Rondônia, por meio da disseminação de informação qualificada sobre direitos, do mapeamento de rotas de acolhimento e da sensibilização da comunidade escolar para a prevenção ao bullying e a identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico. **MATERIAL E METODOLOGIA:**

A metodologia adota uma abordagem de pesquisa-ação com caráter qualitativo, desenvolvida em três eixos operacionais. O primeiro eixo consiste na elaboração e distribuição de materiais psicoeducativos (cartilhas, pôsteres e conteúdo para redes sociais) em linguagem acessível, detalhando os direitos previstos no ECA e os serviços disponíveis na rede de proteção (CAPSi, Conselho Tutelar, Defensoria Pública). O segundo eixo compreende a realização de oficinas e rodas de conversa em escolas públicas parceiras, envolvendo estudantes, educadores e pais,

para debater temas como bullying, ansiedade, automutilação e estigma em saúde mental. O terceiro eixo foca na articulação com a rede de serviços, mapeando e validando os fluxos de encaminhamento para construir um "guia de rotas de proteção", a ser disponibilizado para a comunidade escolar, conectando a demanda à oferta de cuidado do SGD. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Espera-se, como resultado primário, o aumento do letramento em saúde mental e direitos entre os adolescentes participantes, mensurado por meio de questionários pré e pós-intervenção. Secundariamente, almeja-se a construção de ambientes escolares mais seguros e acolhedores, com a redução de relatos de bullying e o aumento da procura espontânea por ajuda. A discussão destes resultados potenciais aponta para a relevância de ações extensionistas como dispositivos de capilarização das políticas públicas, traduzindo a norma jurídica (ECA) em prática social efetiva. O projeto, ao criar pontes entre a escola, a saúde e o sistema de justiça, contribui para a desestigmatização do cuidado psicológico e para a consolidação de uma cultura de proteção integral, alinhando-se aos determinantes sociais de saúde e à promoção dos direitos fundamentais da população jovem. **CONCLUSÃO:** Este projeto de extensão se revela uma estratégia potente para a efetivação do direito à saúde mental de adolescentes, atuando na lacuna entre a previsão legal e o acesso ao cuidado. Ao informar, acolher e indicar rotas de proteção, a iniciativa não apenas mitiga riscos individuais, mas também fortalece a rede de proteção coletiva e promove uma cultura de cuidado e respeito no ambiente escolar. A experiência demonstra o papel vital da universidade na articulação com a sociedade para a construção de soluções inovadoras e socialmente relevantes para os desafios contemporâneos da juventude.

Palavras-chave: Adolescência. Saúde Mental. ECA. Bullying. Sistema de Garantia de Direitos.